



Fernanda Pereira da Costa

As representações dos indígenas no ensino de História das escolas públicas do Estado de São Paulo. Análise de material didático e currículo.

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para processo seletivo, edital 2017, em nível de mestrado.

São Paulo

Agosto/2016



Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as apostilas de História do *Programa São Paulo faz escola (SPfe)*, do Governo do Estado de São Paulo, produzidas a partir de 2008, para investigar como as temáticas relacionadas à história e à cultura dos povos indígenas vêm sendo tratadas nestes materiais didáticos. Com essa análise, faremos um inventário das representações, imagens e narrativas que esses materiais veiculam e, a partir deste diagnóstico, iremos compará-las com a produção historiográfica das últimas três décadas sobre história indígena para observar as proximidades e distanciamentos entre esses dois conjuntos de discursos e explicações sobre a história e a cultura das populações ameríndias. Com isso, essa pesquisa poderá contribuir para avaliar em que medida esses materiais colaboram para formar estudantes que valorizem a diversidade étnica e o combate aos preconceitos em relação a essas populações.

Apresentação do tema e justificativa

A presença de temas relacionados aos povos indígenas nos materiais didáticos e na escola não é algo recente. Apesar da lei 11.645 de 10 de março de 2008 do Governo Federal estabelecer a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino básico, os povos indígenas aparecem como tema da disciplina de História desde, pelo menos, 1870, conforme observou Adriane Costa da Silva em sua dissertação de mestrado *Versões didáticas da história indígena (1870-1950)*:

A descrição dos habitantes que aqui viviam em épocas anteriores ao descobrimento, a conquista e ocupação da região que corresponde aos limites geopolíticos do território brasileiro na atualidade, as guerras entre indígenas e europeus, a escravização dos negros da terra, os conflitos entre colonos, índios e jesuítas, resolvidos, muitas vezes, na ponta da espada, são temas de estudo que integram os programas curriculares da História escolar, desde o nascimento da disciplina na primeira metade do Oitocentos até a atualidade (SILVA, p.6)



Sendo assim, a lei 11.645 não é responsável pela inserção das temáticas indígenas na escola, mas a questão central que ela pode engendrar é a necessidade de “situar em outro lugar os conhecimentos que temos sobre os indígenas”¹. Nesse sentido, não se trata apenas de garantir um espaço mais amplo para os povos indígenas nos currículos da educação básica, mas também, e principalmente, que as histórias sobre eles não os apresentem como “selvagens, empecilhos ao desenvolvimento do país, atrasados e incivilizados”², como tradicionalmente foram tratados nos materiais didáticos.

É necessário reconhecer os avanços que vêm acontecendo nas políticas públicas e nos materiais didáticos nas últimas décadas, em relação a essas visões etnocêntricas que marcaram as representações dos povos indígenas durante muito tempo, movimento que podemos observar, por exemplo, no atual debate sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e que coloca as populações indígenas e afro-brasileiras como centrais no ensino de História. Entretanto, as visões preconceituosas e estereotipadas persistem no imaginário coletivo e, eventualmente, no material didático, sendo fundamental desconstruí-las a partir de uma abordagem que valorize os povos indígenas como sujeitos históricos.

Para contribuir com essas desconstruções e com novas abordagens da história indígena na escola, iremos analisar as apostilas de História do *Programa São Paulo faz escola*, que são utilizadas como material didático em toda a rede estadual paulista, atendendo cerca de quatro milhões de alunos³. Contextualizando sua origem, o programa está diretamente vinculado à criação do currículo oficial do Estado de São

¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p.106.

² Idem, pp. 108.

³ Dados do censo escolar de 2014. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/censo-escolar>



Paulo, em 2007. Segundo a própria Secretaria de Educação, deve ser visto como uma proposta de trabalho, sugerindo aos professores atividades para trabalhar os conteúdos do currículo. Entretanto, existe uma política de vincular os conteúdos das apostilas às avaliações externas, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Desse modo, há pressões dos gestores escolares sobre os professores para que utilizem as apostilas, pois os resultados das avaliações, junto com outros indicadores, formam o Índice da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) e, condicionado a ele, existe o pagamento ou não de bônus a todos os funcionários da escola. Em relação ao programa, observou Luis Renato Silva Maldonado:

O programa SPfe se organiza como um “sistema de ensino”. Em termos gerais, estes “sistemas” oferecem uma gama de serviços escolares que incluem a seleção de conteúdos (textos, imagens, atividades didáticas) a serem ensinados sob o formato de materiais didáticos apostilados produzidos para alunos e professores; desenvolvem um processo de capacitação docente vinculado ao uso dos materiais por meio de palestras, cursos de formação e outros instrumentos, além de estabelecer mecanismos de avaliação discente e docente. No caso do SPfe, o professor coordenador desempenha a função do acompanhamento pedagógico do corpo docente. (MALDONADO, pg.37)

Para Maldonado, esse processo de inserção dos usos de apostilas contribui para a consolidação de um sistema de controle e fragmentação do fazer docente. É como se o professor fosse alienado de uma parte importante de sua função, que seria, justamente, a produção de material didático e, portanto, também do conhecimento para suas aulas. Esta medida, aliada às péssimas condições de trabalho dos docentes da rede estadual paulista, faz com que o uso da apostila seja, em muitos casos, mais cômodo para um professor que tem pouco tempo para estudar e preparar suas aulas. Outra questão relevante para a compreensão do programa *São Paulo faz escola*, é que, como muitos outros, não foi elaborado de forma dialógica com os professores e a comunidade



escolar. Esta forma de tomada de decisões, sempre de cima para baixo, foi percebida na pesquisa de Maria José da Silva Fernandes:

Aproximadamente 50% dos participantes da pesquisa manifestaram-se em relação ao fato de não terem “voz”, de não serem sujeitos na elaboração das propostas que são implantadas nas escolas. Muitos deles se referiram a isso afirmando: ninguém ouve o professor, as coisas chegam à escola, agora é assim, vocês vão fazer assim. (FERNANDES, 2010)

Apesar da problemática em relação à concepção e implantação do *Programa São Paulo faz escola*, as apostilas são materiais tão ou mais usados do que os livros didáticos na rede estadual paulista, desta forma, dada a abrangência do material e o seu uso em sala de aula, é muito relevante analisá-lo no que diz respeito às temáticas indígenas. Pensando que a educação deve e pode contribuir para a formação de indivíduos mais críticos, democráticos e que se importem com a garantia dos direitos dos outros, inclusive do direito à diversidade cultural e étnica, queremos analisar de que forma o material proposto pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo contribui ou não para essa formação. Essa é a principal justificativa para esta pesquisa.

Em suma, a lei que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena na educação básica é um avanço fundamental na busca por um ensino que trate os povos indígenas como sujeitos históricos. No entanto, ela por si só não garante a mudança de paradigmas no tratamento que os materiais didáticos dão às populações indígenas. Neste sentido, é importante construirmos abordagens sobre as populações indígenas que deem conta de sua relevância em relação à história do Brasil e às suas próprias histórias.

Objetivos

O objetivo central desta pesquisa é analisar os conteúdos que tratam das histórias e culturas dos povos ameríndios que habitam e habitaram os territórios do Brasil e da



América em geral nas apostilas do *Programa São Paulo faz escola*, da disciplina de História do Ensino Fundamental II e Médio. Com isso, investigaremos como as temáticas relacionadas à história e à cultura dos povos indígenas vêm sendo tratadas nestes materiais. Com essa análise, compreenderemos quais representações, imagens e discursos esses materiais didáticos constroem e, a partir deste diagnóstico, iremos comparar tais representações, imagens e discursos com a produção historiográfica das últimas três décadas sobre história indígena, a fim de observar as proximidades e distanciamentos entre esses dois conjuntos de narrativas e explicações sobre as populações ameríndias.

Quando falamos que nosso objetivo é analisar as apostilas no que se refere à história das populações ameríndias, isso quer dizer que analisaremos não apenas os povos indígenas no Brasil. Apesar da lei definir a obrigatoriedade de história e cultura dos povos indígenas do Brasil, os povos ameríndios aparecem no ensino de História em visões comparativas, que chegam a hierarquizá-los, muitas vezes apresentando incas, maias e astecas, por exemplo, como culturas superiores. Neste sentido, entendemos que é importante mapear como um todo o discurso sobre história indígena presente no material didático, incluindo, além dos povos do Brasil, povos das regiões norte da América, da Mesoamérica (México e parte da América Central), do Caribe e dos Andes.

No que diz respeito à comparação entre os materiais didáticos e a produção historiográfica acerca da história indígena, utilizaremos principalmente a produção que se inicia nos anos 1980, em que esta temática se firmou como linha de pesquisa própria e renovada, a partir de trabalhos como os de John Manuel Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha. Essa renovação historiográfica se caracterizou por tratar as populações indígenas como sujeitos históricos plenos, ou seja, possuidores de protagonismo, ações



e interesses próprios, pautados em valores que necessitam de um entendimento aprofundado sobre o funcionamento destas sociedades e suas culturas. Também consideraremos a produção relacionada ao ensino de história no que tange ao ensino de história indígena, representada por autoras como Circe Maria Fernandes Bittencourt e Aracy Lopes da Silva. Com essas comparações, pretendemos reconhecer as proximidades e distanciamentos entre a bibliografia acadêmica e os materiais didáticos empregados no Estado de São Paulo.

Com a realização deste objetivo, pretendemos construir um discurso crítico desses materiais, apontando problemas e propondo mudanças que visarão colaborar para a construção de uma proposta de ensino de história e cultura indígena que se baseie no respeito à diversidade, na valorização do direito à diferença e, cujo discurso, reconheça os povos indígenas como sujeitos históricos tão valorizados quanto qualquer outro.

Fontes e metodologia de pesquisa

O material da pesquisa consistirá em apostilas do *Programa São Paulo faz escola* do Ensino Fundamental II e Médio. No início, as apostilas eram bimestrais e, atualmente, os cadernos são semestrais. Como os cadernos seguem os conteúdos do currículo proposto pelo Estado de São Paulo, é possível mapear as nossas temáticas por ano/série e bimestre. Fizemos um levantamento inicial que nos levou a perceber que as temáticas indígenas aparecem no terceiro bimestre do 7º ano; no 1º bimestre do 8º ano; no 4º bimestre do 1º ano e no 1º, 2º e 4º bimestre do 2º ano. As apostilas são feitas em duas versões, uma para o aluno, que contém as atividades a serem realizadas, e outra para o professor que, além das atividades, conta também com orientações sobre como o professor pode conduzi-las. Analisaremos os cadernos do professor, por nos interessar também as diretrizes apontadas pelo material no tratamento das temáticas.



Compararemos os cadernos do início do programa (2008) com os do período intermediário (2011) e os mais atuais (2015).

Ao analisar essas fontes, nos interessa diagnosticar quais imagens e discursos são construídos sobre as populações ameríndias e, também, se houve mudanças no que diz respeito ao tratamento dado a elas ao longo do tempo, visto que o programa já está em seu nono ano de existência (2008 a 2016). Para isso, iremos analisar esse material com as seguintes perguntas: as populações indígenas são tratadas como sujeitos históricos ou meramente reagem à ação do colonizador? São levados em consideração aspectos da história, cultura e valores das sociedades ameríndias? Há hierarquizações no tratamento das diversas populações? Existe um reconhecimento da diversidade étnica, cultural e política das populações indígenas? Quais são as relações entre a iconografia, os textos e atividades propostas? Em quais momentos e ocasiões históricas essas populações aparecem? O material leva em consideração a presença das populações indígenas na contemporaneidade?

Essas perguntas serão as principais guias tanto para a análise dos textos quanto para as imagens. Iremos tratar essas apostilas como fontes históricas que serão inquiridas em função de tais perguntas, procedimento esse muito comum no fazer historiográfico, o qual pratiquei durante minha graduação em História e durante minha iniciação científica⁴.

Como referências teóricas gerais, acreditamos que seria interessante utilizar Michel Foucault e suas obras *Arqueologia do saber* e *Vigiar e punir* no sentido em que nos dariam elementos para análise de discurso, principalmente nas suas vinculações com o poder. Entendemos que a metodologia proposta por Boaventura de Sousa Santos,

⁴ Projeto de iniciação científica, com bolsa pelo CNPq, intitulado: As mulheres andinas nos escritos coloniais do final do séc. XVI e começo do XVII. Representações do feminino em Felipe Guamán Poma de Ayala e Garcilaso de La Vega.



em seu artigo *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a ecologia dos saberes*, é fundamental à medida que trata de uma epistemologia complexa que leve em consideração os saberes das sociedades ocidentais, mas também, outros tipos, como o saber popular e o saber das populações indígenas, por exemplo, construindo outras relações que não impliquem na hierarquização dos conhecimentos científicos como superiores a outros tipos de conhecimento⁵.

Após o mapeamento dessas temáticas, cotejaremos as informações levantadas com a bibliografia especializada em história indígena e ensino de história, a fim de perceber as relações entre o material produzido pela Secretaria da Educação e a pesquisa historiográfica mais recente. Este processo tem por finalidade gerar propostas de alterações que busquem tratar as temáticas indígenas de forma a dar conta da diversidade cultural, pluralidade histórica e das questões relacionadas ao presente dessas populações.

Plano de trabalho e cronograma de execução

Atividades/Semestre	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Disciplinas						
Leitura e fichamento da bibliografia especializada						
Leitura, fichamento e análise das apostilas						
Redação do relatório de qualificação						
Comparação da análise das apostilas com a bibliografia especializada						
Redação da dissertação						

⁵



Defesa						
--------	--	--	--	--	--	--



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. IN: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-230.
- ARAÚJO, Ana Valéria. Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina. América Latina colonial. Vol 1 e 2. São Paulo: Edusp, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004.
- BITTENCOURT, Circe; SILVA, A. C. Perspectivas históricas da Educação Indígena no Brasil. In: PRADO, Maria Lígia; VIDAL, Diana. (Org.). À Margem dos 500 anos- reflexões irreverentes. São Paulo: EDUSP, 2002, v. 1, p. 63-81.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.
- BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., 2010
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 (Descobrimo o Brasil).
- FERNANDES, Maria José da Silva. As recentes reformas educacionais paulistas na visão dos professores. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, pp.75-102, dez. 2010.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.



- _____. Vigiar e punir. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23ª Ed. Vozes – RJ, 2000.
- FINI, Maria Inês (Coord.) Proposta curricular do estado de São Paulo. São Paulo: SEE/SP, 2008.
- FISHER, Rosa Maria Bueno, Foucault e a análise de discurso em educação. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p.197-223. 2001,
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (Org.). Índios no Brasil. Brasília: MEC, 1994.
- MALDONADO, Luis Renato Silva. Reformas educacionais na perspectiva de docentes: O Programa São Paulo Faz escola. 2013.121 f. Dissertação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MARTINS, Ângela M., A política educacional paulista: controvérsias em torno dos conceitos de descentralização e autonomia 1983 a 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Revista de História (USP), São Paulo, v. 149, p. 109-137, 2003.
- _____. Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: A Presença Indígena na História de São Paulo. In: Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1, p. 21-67.
- OLIVEIRA, Teresinha Silva de. Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. Rev. Bras. Educ., Abr. 2003, no. 22, p.25-34.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 2007, p. 3-46.
- São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias /Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2010.
- SILVA, Adriane Costa da. Versões didáticas da história indígena(1879-1950). 2000. 153 f. Dissertação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: